

A ESCOLA DO CAMPO EM MOVIMENTO*

Roseli Salete Caldart

Coletivo Nacional de Educação do MST e
Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA)
Brasil

Resumo

Este texto é uma reflexão sobre a educação e as escolas no campo a partir da experiência dos movimentos sociais no meio rural. Resumidamente relaciona a construção da visão de educação aqui expressa com a história do próprio MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Na última parte formula algumas lições aprendidas nesse processo de construção, as quais servem de base para articular os princípios para uma proposta de educação no campo. Apresenta como anexo dois documentos importantes: carta das crianças do MST e carta do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária.

Palavras-chave: educação básica no campo, educação e reforma agrária

Abstract

This paper is a reflection on education and peasant schools from the experience of social movements in the rural milieu. It relates the construction of this educational view with the history of the Landless Movement. Moreover, it formulates some lessons that have been learnt during this process of construction, which serve as a basis for the articulation of the principles for the making of a peasant school. It also attaches two important documents: letters written by the children of the Landless Movement and the letter of the First National Caucus of Educators in Agrarian Reform.

Key-words: rural elementary education, education and agrarian reform

O objetivo deste texto é dar continuidade à reflexão e ao debate sobre a Educação Básica do Campo, e em especial sobre as escolas do campo e como se inserem na dinâmica das lutas pela implementação de um projeto popular de desenvolvimento do campo, e de país.

Para isto precisamos ter presente e reafirmar três idéias-força que nos acompanham desde a Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em julho de 1998. As idéias são as seguintes:

1. O campo no Brasil está em movimento. Há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos.
2. A Educação Básica do Campo está sendo produzida neste movimento, nesta dinâmica social, que é também um movimento sociocultural de humanização das pessoas que dele participam.
3. Existe uma nova prática de Escola que está sendo gestada neste movimento. Nossa sensibilidade de educadores já nos permitiu perceber que existe algo diferente e que pode ser uma alternativa em nosso horizonte de trabalhador da educação, de ser humano. Precisamos aprender a potencializar os elementos presentes nas diversas experiências, e transformá-los em um *movimento consciente de construção das escolas do campo* como escolas que ajudem neste processo mais amplo de humanização, e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seu próprio destino, de sua própria história.

Estas idéias estão na base da reflexão deste texto, que pretende contribuir especialmente no desdobramento da terceira, através das seguintes questões: que escola está sendo produzida pelo movimento social do campo em nosso país? qual o lugar da escola na dinâmica de organizações e movimentos que participam da luta por um novo projeto de desenvolvimento do campo?

Trata-se de perguntas que certamente exigem um esforço de pesquisa e de reflexão bem mais profundo e abrangente do que será possível fazer neste texto. São na verdade um dos desafios de nossa Articulação Por Uma Educação Básica do Campo. O que vamos fazer aqui é tentar refletir sobre estas questões desde uma experiência particular, que é a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, um dos sujeitos sociais que vêm pondo o campo em movimento, através da sua luta incansável para que se realize a Reforma Agrária no Brasil. Embora limitada, pensamos que a experiência da relação que historicamente o MST estabeleceu com a escola, pode trazer alguns elementos importantes para este diálogo, que continua.

O método de elaboração do texto é o seguinte: primeiro vamos situar a relação do MST com a escola. Depois, a idéia é compartilhar com os leitores e as leitoras algumas lições da experiência educacional do MST. Para facilitar o diálogo, enunciaremos cada lição já tentando abstraí-la para a discussão mais geral das escolas do campo, mas descrevendo-a

com as práticas e reflexões que conhecemos no MST especificamente. Trata-se de uma síntese certamente incompleta e provisória, que a leitura de outras experiências terá que aprofundar e completar.

1. O MST e a Escola¹

Quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele. No começo não havia muita relação de uma luta com a outra, mas aos poucos a luta pelo direito à escola passou a fazer parte da organização social de massas de luta pela Reforma Agrária, em que se transformou o Movimento dos Sem Terra.

Olhando hoje para a história do MST é possível afirmar que em sua trajetória o Movimento acabou fazendo uma verdadeira *ocupação da escola*, e isto em pelo menos três sentidos:

1. As famílias sem-terra *mobilizaram-se* (e mobilizam-se) *pelo direito à escola* e pela possibilidade de uma escola que fizesse diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura (preocupação com os filhos). As primeiras a se mobilizar, lá no início da década de 80, foram as mães e professoras, depois os pais e algumas lideranças do Movimento; aos poucos as crianças vão tomando também lugar, e algumas vezes à frente, nas ações necessárias para garantir sua própria escola, seja nos assentamentos já conquistados, seja ainda nos acampamentos. Assim nasceu o trabalho com educação escolar no MST.
2. O MST, como organização social de massas, decidiu, pressionado pela mobilização das famílias e das professoras, tomar para si ou assumir a tarefa de *organizar e articular por dentro de sua organicidade esta mobilização, produzir uma proposta pedagógica específica* para as escolas conquistadas, e *formar educadoras e educadores* capazes de trabalhar nesta perspectiva. A criação de um Setor de Educação dentro do MST formaliza o momento em que esta tarefa foi intencionalmente assumida. Isto aconteceu em 1987. E a partir de sua atuação o próprio conceito de escola aos poucos vai sendo ampliado, tanto em abrangência como em significados. Começamos lutando pelas escolas de 1ª a 4ª série. Hoje a luta e a reflexão pedagógica do MST se estende da educação infantil à Universidade, passando pelo desafio fundamental de alfabetização dos jovens e adultos de acampamentos e assentamentos, e combinando processos de escolarização e de formação da militância e da base social Sem Terra.²
3. Podemos afirmar hoje que o MST *incorporou a escola em sua dinâmica*, e isto em dois sentidos combinados: a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias Sem Terra, com maior ou menor intensidade, com significados diversos dependendo da própria trajetória de cada grupo, mas inegavelmente já consolidada como sua marca cultural: acampamento e assentamento dos sem-terra do MST *têm que ter*

escola e, de preferência, que não seja *uma escola qualquer*; e a escola passou a ser vista como uma questão também política, quer dizer, como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, vinculada às preocupações gerais do Movimento com a formação de seus sujeitos.

No começo os sem-terra acreditavam que se organizar para lutar por escola era apenas mais uma de suas lutas por direitos sociais; direitos de que estavam sendo excluídos pela sua própria condição de trabalhador *sem (a) terra*. Logo foram percebendo que se tratava de algo mais complexo. Primeiro porque havia (como há até hoje) muitas outras famílias trabalhadoras do campo e da cidade que também não tinham acesso a este direito. Segundo, e igualmente grave, se deram conta de que somente teriam lugar na escola se buscassem transformá-la. Foram descobrindo, aos poucos, que as escolas tradicionais não têm lugar para sujeitos como os sem-terra, assim como não costumam ter lugar para outros sujeitos do campo, ou porque sua estrutura formal não permite o seu ingresso, ou porque sua pedagogia desrespeita ou desconhece sua realidade, seus saberes, sua forma de aprender e de ensinar.

Um exemplo simples pode deixar esta situação bem clara. No Rio Grande do Sul temos aprovada desde novembro de 1996 a chamada *Escola Itinerante dos Acampamentos*, com um tipo de estrutura e proposta pedagógica criada especialmente para acolher as crianças e os adolescentes do povo Sem Terra em movimento.³ Temos agora, mas foi preciso uma luta de 17 anos (isto mesmo!) para conseguir o que seria o mais ‘normal’, porque justo, e que até já se tornou um direito constitucional: é a escola que deve ajustar-se, em sua forma e conteúdo, aos sujeitos que dela necessitam; é a escola que deve ir ao encontro dos educandos, e não o contrário.

Foi percebendo esta realidade que o MST começou a incluir em sua agenda a discussão de uma proposta diferente de escola; uma escola pela qual efetivamente vale à pena lutar, porque capaz de ajudar no processo maior de luta das famílias Sem Terra, e do conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo.

No início a pergunta central parecia ser a seguinte: que escola, ou que modelo pedagógico combina com o jeito dos Sem Terra e pode ajudar o MST a atingir seus objetivos? O processo, as práticas e discussões vêm nos mostrando, no entanto, que esta não é a verdadeira questão. Fomos aos poucos descobrindo que não existe um modelo ou um tipo de escola que seja próprio para um grupo ou outro, ou que seja revolucionário em si mesmo. Trata-se de alterar a postura dos educadores e o jeito de ser da escola como um todo; trata-se de cultivar uma disposição e uma sensibilidade pedagógica de *entrar em movimento*, abrir-se ao movimento social e ao movimento da história, porque é isto que permite a uma escola acolher sujeitos como os Sem Terra, crianças como as Sem Terrinha.⁴ E ao acolhê-los, eles aos poucos a vão transformando e ela a eles. Um *mexe com o outro*, num movimento pedagógico que mistura identidades, sonhos, pedagogias... E isto só pode fazer muito bem a todos, inclusive aos educadores e às educadoras que assumem esta postura. E também à escola, que ao se fechar e burocratizar em uma estrutura e em um jeito

de ser, costuma levar os educadores a esquecer, ou a ignorar, que seu trabalho é, afinal, com seres humanos, que merecem respeito, cuidado, todos eles.

Nesta trajetória de tentar construir uma escola diferente, o que era (e continua sendo) um direito, passou a ser também um dever. Se queremos novas relações de produção no campo, se queremos um país mais justo e com mais dignidade para todos, então também precisamos nos preocupar em transformar instituições históricas como a escola em lugares que ajudem a formar os sujeitos destas transformações. Foi assim que se começou a dizer no MST que se a *Reforma Agrária é uma luta de todos, a luta pela educação de todos também é uma luta do MST...*

No processo de ocupação da escola o MST foi produzindo algumas reflexões que dizem respeito à concepção de escola e ao jeito de fazer educação numa escola inserida na dinâmica de um movimento social. Fez isto em diálogo especialmente com o movimento pedagógico da Educação Popular, e aprendendo também com as diversas experiências de escolas alternativas do campo e da cidade. No momento atual, uma das interlocuções fundamentais é a que está sendo construída com o movimento por uma educação básica do campo. A síntese que segue foi elaborada nesta perspectiva.

2. Lições da caminhada

Dos 16 anos, completados pelo MST neste ano 2000, de experiências e de reflexões de um processo educativo que inclui a escola como uma de suas ocupações e preocupações, políticas e pedagógicas, podemos extrair algumas lições que, segundo nos parece, contribuem no diálogo das escolas e da educação básica do campo. São elas:

A escola não move o campo, mas o campo não se move sem a escola

É o que discutimos bastante na Conferência Nacional de 98: não podemos cair na falácia de que o debate sobre a educação básica do campo substitui, ou é mais importante, do que o debate sobre Reforma Agrária, sobre política agrária e agrícola, sobre relações de produção no campo... Não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele. Por outro lado, também não há como implementar um projeto popular de desenvolvimento do campo sem um projeto de educação, e sem expandir radicalmente a escolarização para todos os povos do campo. E a escola pode ser um agente muito importante de formação da consciência das pessoas para a própria necessidade de sua mobilização e organização para lutar por um projeto deste tipo.

É também o que nosso mestre da Educação Popular, Paulo Freire, nos disse em suas reflexões sobre a *pedagogia do oprimido*: a escola não transforma a realidade mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmos... Se não conseguirmos envolver a escola no movimento de transformação do

campo, ele certamente será incompleto, porque indicará que muitas pessoas ficaram fora dele.

No MST o aprendizado mais difícil e demorado, e ainda em processo, se refere mais à segunda parte da afirmação do que à primeira. Para um sem-terra que está vivendo em um barraco de lona, passando fome e tendo a vida ameaçada pela repressão, não é difícil perceber que uma escola, por melhor que sejam os propósitos de seus educadores, jamais será capaz de libertá-lo da opressão do latifúndio. Além disso, quando os primeiros sem-terra conversavam entre si sobre como decidiram entrar na luta, era muito raro encontrar alguém que mencionasse a escola como tendo alguma participação nos aprendizados que levaram a esta decisão. Ao contrário, a maioria tem uma péssima recordação da escola, até mesmo por ter sido excluída ou expulsa dela.

Talvez tenha sido por isso que no começo do MST, muitos sem-terra resistiram à idéia de lutar por escolas. Foram convencidos pela pressão da presença de tantas crianças que estavam ameaçadas de ficar sem o acesso à escola e isto parecia, afinal, mais um desrespeito a eles, que já se chamavam de Sem Terra, e começavam a se enxergar como sujeitos de direitos. Não foi exatamente pela consciência disseminada de que o estudo e a escola eram importantes para o avanço da luta, que os sem-terra começaram a se mobilizar para conquistá-la. Este foi um desdobramento da pedagogia de sua história.

O processo da luta pela terra é que aos poucos foi mostrando que uma coisa tem a ver com a outra. Especialmente quando começaram a se multiplicar os desafios dos assentamentos, ficou mais fácil de perceber que a escola poderia ajudar nisso, desde que ela fosse diferente daquela de triste lembrança para muitas famílias. Hoje já parece mais claro que *uma escola não move um assentamento, mas um assentamento também não se move sem a escola*, porque ele somente se move, no sentido de que vai sendo construído como um lugar de novas relações sociais, de uma vida mais digna, se todas as suas partes ou dimensões se moverem junto. E a escola, à medida que se ocupa e ocupa grande parte do tempo de vida especialmente da infância Sem Terra, se não se move junto, é de fato um freio no processo mais amplo. Sem ela não se constrói uma das bases culturais decisivas às mudanças sociais pretendidas pelo MST.

Quem faz a escola do campo são os povos do campo, organizados e em movimento

Se a escola do campo é *aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo* (Texto base CN, Coleção Por uma EBC n.º 1, 1999), ela somente será construída deste jeito, se os povos do campo⁵, em sua identidade e diversidade, assumirem este desafio. Não sozinhos, mas também não sem sua própria luta e organização.

No MST este tem sido um aprendizado muito importante. Da mesma forma que a luta pela terra precisa ser feita e conduzida pelos próprios sem-terra, o processo de construção de uma escola que se misture com esta luta precisa ser obra dos mesmos sujeitos. Nos assentamentos e acampamentos esta é uma realidade facilmente constatável: enquanto as

famílias Sem Terra não agarram a escola como um assunto que lhes diz respeito tanto quanto as definições sobre a produção ou a continuidade da luta pela Reforma Agrária, não se vê uma escola do jeito do Movimento, mesmo que ali estejam educadores com propósitos pedagógicos libertadores. O grande desafio pedagógico ali é exatamente pressionar para que a escola seja assumida pelos sujeitos que a conquistaram. Em alguns lugares isto inclui os educadores, as educadoras.

Mas é também um aprendizado da caminhada do MST: os Sem Terra não fazem sozinhos a sua escola. Assim como não fazem avançar sozinhos a luta pela Reforma Agrária. A leitura pedagógica das práticas sociais do MST, ou a constituição do Movimento como sujeito pedagógico, somente é possível no diálogo com outros sujeitos da práxis educativa. A própria compreensão de que as escolas do MST são escolas do campo, é fruto da abertura dos Sem Terra à sociedade. Estamos nos referindo aqui a uma identidade que se produz *em perspectiva*, ou seja, na relação com outros sujeitos sociais e com o movimento da história. O isolamento político, cultural, pedagógico, não constrói o projeto maior de que aqui se trata.

Neste sentido, é a sociedade como um todo que tem o dever de construir tanto escolas do campo como escolas da cidade,⁶ quer dizer, escolas inseridas na dinâmica da vida social de quem dela faz parte, e ocupadas pelos sujeitos ativos deste movimento.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. Também pelos desafios da sua relação com o conjunto da sociedade. Se é assim, ajudar a construir escolas do campo é, fundamentalmente, ajudar a constituir os povos do campo como sujeitos, organizados e em movimento. Porque *não há escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo*, que assumem e lutam por esta identidade e por um projeto de futuro.

Somente as escolas construídas política e pedagogicamente pelos sujeitos do campo, conseguem ter o *jeito do campo*, e incorporar neste jeito as formas de organização e de trabalho dos povos do campo.

As lutas sociais dos povos do campo estão produzindo a cultura do direito à escola no campo

Um dos entraves ao avanço da luta popular pela educação básica do campo é cultural: as populações do campo incorporam em si uma visão que é um verdadeiro círculo vicioso: sair do campo para continuar a ter escola, e ter escola para poder sair do campo. Ou seja, uma situação social de exclusão, que é um dos desdobramentos perversos da opção de (sub)desenvolvimento do país feita pelas elites brasileiras, acaba se tornando uma espécie de bloqueio cultural que impede o seu enfrentamento efetivo por quem de direito. As pessoas passam a acreditar que para ficar no campo não precisam mesmo de ‘muitas letras’.

Romper com este e outros bloqueios culturais de mesma natureza, tem sido um grande desafio nas lutas pela implementação de um projeto popular de desenvolvimento do campo e de país, bem como precisa ser deste nosso movimento por uma educação básica do campo. E esta é uma realidade que somente será transformada no processo mesmo de construção de novas relações sociais de produção, e da cultura material que lhes corresponde.

São os desafios do campo em movimento que multiplicam as lutas sociais por educação. Por sua vez são estas lutas que vão ajudando a tornar consciente este direito e, aos poucos, vão transformando este direito também em um dever (dever de lutar pelo direito), que então se consolida em modo de vida, visão de mundo: escolas *no* e *do* campo não precisam ser algo inusitado, mas sim podem passar a ser um componente *natural* da vida no campo. A escola vista como uma das dimensões do processo de formação das pessoas, nem mais nem menos, nem algo que se tenha que abandonar todo o resto para conseguir. Sair do campo para estudar, ou estudar para sair do campo não é uma realidade inevitável, assim como não são imutáveis as características marcadamente alheias à cultura do campo das poucas escolas que o povo tem conseguido manter nele.

Esta é sem dúvida uma das grandes lições da caminhada dos Sem Terra. No começo o bloqueio ou a resistência cultural de que estamos falando estava em muitas famílias. Talvez mesmo na maioria delas. Estava naquelas que pensavam que a luta por escola era secundária, porque de pouca utilidade ela seria para os desafios do acampamento ou do assentamento. Mas estava também nas famílias que lideraram a luta por escola, enxergando nela não um valor para sua condição atual de lutador e de trabalhador do campo, mas uma alternativa para os filhos saírem do campo, não tendo que cumprir a mesma sina de miséria e de sofrimento de seus pais.

Hoje, cada nova escola que se conquista num assentamento, ou antes mesmo, num acampamento, cada jovem e adulto sem-terra que se alfabetiza, cada curso de formação que se cria para formar os trabalhadores e as trabalhadoras da terra e do Movimento, ajudam a constituir a identidade do sujeito Sem Terra. Podem não conseguir alterar significativamente as estatísticas da educação no campo (a cada escola que se abre no campo mais de uma se fecha no processo de exclusão social galopante), mas certamente são um sinal importante deste processo cultural, de humanização, que passa a incluir a escola como uma das dimensões da vida social das comunidades do campo.

Sem estudo não vamos a lugar algum

Escrita numa grande faixa que recebeu os Sem Terra participantes do encontro nacional do MST de 1987, em Piracicaba, São Paulo, numa época em que apenas começava a germinar o trabalho de educação no Movimento, esta frase antecipa o que logo depois seria colocado como um dos seus princípios organizativos: *estimular e dedicar-se aos estudos de todos os aspectos que dizem respeito às nossas atividades no Movimento. Quem*

não sabe, é como quem não vê. E quem não sabe, não pode dirigir. (Documento do MST de 1989.)

Este princípio, por sua vez, antecipa outra grande lição da caminhada dos Sem Terra: não há como avançar em uma luta social complexa como é no Brasil a luta pela Reforma Agrária, sem que seus sujeitos diretos se dediquem à própria formação, sem que se disponham a aprender e a conhecer em profundidade e com rigor a realidade do país que gera os sem-terra, e faz da questão agrária uma das questões estruturalmente responsáveis pelos índices alarmantes de desigualdade social no país.

O estudo, entendido basicamente como este processo de interpretação da realidade para poder transformá-la, é um componente importante na constituição e no fortalecimento dos sujeitos sociais, sejam eles do campo ou da cidade. Neste sentido, o acesso a lugares onde se possa desenvolver a cultura do estudo é um direito que o movimento da luta transforma também em dever: Sem Terra que honre este nome tem o dever de estudar, dizem os princípios do MST.

A escola atual nem sempre se constitui como um lugar de estudo, e também não é necessário estar em uma escola para estudar. Mas a escola pode ser um lugar em que se cultive o hábito, a disciplina e o jeito de estudar, especialmente nas novas gerações. Mas somente fará isto se houver uma intencionalidade dos sujeitos que a ocupam em fazê-la desta forma.

É possível extrair daí, então, outra lição: quando o movimento da luta for capaz de combinar a cultura do direito à escola com a cultura do dever de estudar, e estudo neste sentido mais amplo de que aqui se trata, os sujeitos que vão sendo formados neste Movimento passam a discutir algo mais do que ter ou não ter escola; passam a discutir também sobre que escola querem ou precisam. Os Sem Terra costumam dizer isto do seu jeito: *queremos que nossos filhos aprendam na escola algumas coisas que nós tivemos que aprender fora dela, e muito mais tarde. Uma destas coisas é sobre quais são os nossos direitos e que precisamos nos organizar e lutar por eles.* É verdade que os Sem Terrinha de hoje podem aprender lições de organização e de luta nas próprias vivências cotidianas junto com suas famílias no Movimento; mas também é verdade que a escola pode ajudar a refletir sobre estas vivências, tornando-as um aprendizado consciente, e acrescentando a elas outras experiências, e também saberes importantes produzidos na história da humanidade.

Quanto mais amplos são os objetivos de uma organização maior é a valorização da escola pelos seus sujeitos

Esta é uma lição que podemos apreender da trajetória do MST, e do lugar que a luta por escola vem ocupando em cada um dos momentos de sua história.

Desde a sua criação em 1984 o MST definiu como objetivos a luta pela terra, pela Reforma Agrária, e por transformações na sociedade. Mas foi o processo da luta pela terra, a luta corporativa que organiza os sem-terra para participar do MST, que aos poucos conseguiu transformar estes objetivos em bandeiras de luta concretas para o conjunto das

famílias que integram o Movimento. A realidade brasileira, combinada com a intencionalidade pedagógica do MST, vem formando os Sem Terra com uma postura menos corporativista e com um horizonte de luta social cada vez mais amplo. Primeiro porque a sociedade passou a enxergar a luta pela Reforma Agrária como sendo de interesse do conjunto da Nação e não apenas dos sem-terra; segundo porque a intensidade e violência dos obstáculos para o avanço desta luta facilitam a compreensão de que ela é mais complexa do que pareceu num primeiro momento, exigindo uma análise e uma atuação mais global dos seus sujeitos.

Isto passa a exigir um outro olhar do Movimento sobre si mesmo e sobre as pessoas que precisa preparar para enfrentar os novos desafios: seja o desafio de qualificar a luta pela terra em uma conjuntura de maior repressão, ou de viabilizar a produção num assentamento, lutando contra a tendência de marginalização da agricultura, seja o desafio de mobilizar-se contra políticas econômicas recessivas e entreguistas dos governos.

Se para um sem-terra do final da década de 70 parecia difícil compreender que ajuda a escola poderia dar no seu objetivo de conquistar um pedaço de chão, para os Sem Terra que estão entrando nos anos 2000 a importância da escola já parece quase uma obviedade, ainda que não massivamente disseminada em toda a base social do MST.

Mas ao mesmo tempo em que passam a valorizar mais a escola, e a lutar com mais consciência pelo direito a ela, os Sem Terra se distanciam daquela outra visão, igualmente ingênua, de que a escola é ou pode ser o centro do processo educativo demandado pelos desafios desta realidade complexa. Quanto mais largo o horizonte para o qual olhamos, mais conseguimos enxergar a dimensão e o tempo da luta que nos aguarda. Desta forma, quando nos damos conta de que estamos trabalhando no meio de uma história sem saber o fim, fica mais fácil de perceber a importância de uma formação que considere a pessoa como um todo, e ao longo de uma vida inteira. Valorizar a escola como uma dimensão importante desta formação mais demorada, é uma decorrência mais ou menos natural deste processo, pelo menos numa sociedade que incorporou com tanta força a escola em sua cultura, seu modo de vida.

No MST esta é uma realidade que se percebe também na diversidade do nível de consciência que existe entre os membros da grande família Sem Terra. De modo geral, quanto mais conscientes do tamanho da luta que têm pela frente, e menos presos ao objetivo imediato de resolver o seu problema individual de não ter terra, mais os Sem Terra valorizam e se dispõem a ocupar e a ocupar-se da escola, seja a de seus filhos, seja a sua própria.

A escola ajuda a formar lutadores do povo quando trabalha com dois elementos básicos: raiz e projeto.

Lutadores do povo são pessoas que estão em permanente movimento pela transformação *do atual estado de coisas*. São movidos pelo sentimento de dignidade, de indignação contra as injustiças, e de solidariedade com as causas do povo. Não estão

preocupados apenas em resolver os seus problemas, conquistar os seus direitos, mas sim em ajudar a construir uma sociedade mais justa, mais humana, onde os direitos de todos sejam respeitados e onde se cultive o princípio de que *nada é impossível de mudar*. Por isso se engajam em lutas sociais coletivas e se tornam sujeitos da história. Nossa sociedade está carente de lutadores do povo. Ajudar a formá-los também é um desafio das escolas do campo.

Lutadores do povo se formam nas lutas sociais que têm raiz e projeto, e que enraízam as pessoas, devolvendo-lhes perspectivas de futuro. Os 16 anos de MST já nos permitem dizer que a luta social dos Sem Terra pode ser compreendida também como um processo pedagógico de enraizamento humano.

O enraizamento, nos ensina Simone Weil,⁷ é uma das necessidades do ser humano. E ter raiz, nos diz ela, é participar real e ativamente de uma coletividade que conserva vivos certos *tesouros do passado* e certos *pressentimentos do futuro*. Enraizado é o sujeito que tem laços que permitem olhar tanto para trás como para frente. Ter projeto, por sua vez é ir transformando estes pressentimentos de futuro em um horizonte pelo qual se trabalha, se luta. Não há, pois, como ter projeto sem ter raízes, porque são as raízes que nos permitem enxergar o horizonte.

O *enraizamento projetivo* é, pois, um dos processos fundamentais de formação dos lutadores do povo, assim como talvez o seja de qualquer ser humano. A escola não é capaz de enraizar as pessoas porque não tem em si mesma a força pedagógica material necessária para isso. Mas a escola, dependendo das opções pedagógicas que faça, pode ajudar a enraizar ou a desenraizar; pode ajudar a cultivar utopias ou um presenteísmo de morte.

Toda vez que uma escola desconhece e ou desrespeita a história de seus alunos, toda vez que se desvincula da realidade dos que deveriam ser seus sujeitos, não os reconhecendo como tal, ela escolhe ajudar a desenraizar e a fixar seus educandos num presente sem laços. E se isto acontecer com um grupo social desenraizado ou com raízes muito frágeis, isto quer dizer que estas pessoas estarão perdendo mais uma de suas chances (e quem garante que não a última?) de serem despertadas para a própria necessidade de voltar a ter raiz, a ter projeto. Do ponto de vista do ser humano isto é muito grave, é violentamente desumanizador.

Algumas práticas de educação no MST apontam pelo menos três tarefas importantes que a escola pode assumir na perspectiva de cultivar e fortalecer os processos de enraizamento humano:

- **Memória:** a escola é um lugar muito próprio para recuperar e trabalhar com os *tesouros do passado*. Celebrar, construir e transmitir, especialmente às novas gerações, a memória coletiva, ao mesmo tempo em que buscar conhecer mais profundamente a história da humanidade. É o que chamamos no MST de *pedagogia da história*.
- **Mística:** ela é a alma dos lutadores do povo; o sentimento materializado em símbolos que ajudam as pessoas a manter a utopia coletiva. No MST a mística é

uma das dimensões básicas do processo educativo dos Sem Terra. A escola pode ajudar a cultivar a mística, os símbolos e o sentimento de fazer parte desta luta. Não fará isso se não conseguir compreender o desafio pedagógico que tem, diante da afirmação de uma criança de acampamento ou assentamento que diz: sou Sem Terrinha, sou filha da luta pela terra e do MST!

- Valores: raiz e projeto se constituem de valores; e são os valores que movem uma coletividade; a escola pode criar um ambiente educativo que recupere, forme, fortaleça os valores humanos, aqueles que permitem cada pessoa crescer em dignidade, humanidade. E que problematize, combata e destrua os valores anti-humanos, que degradam o ser humano e impedem a constituição de coletividades verdadeiras e fortes. Mas a escola não fará isto apenas com palavras, e sim com ações, com vivências, com relações humanas, temperadas por um processo permanente de reflexão sobre a prática do coletivo, de cada pessoa.

A escola do campo precisa ser ocupada pela pedagogia do movimento que forma os sujeitos sociais do campo

Esta nos parece uma das grandes lições pedagógicas do encontro do MST com a escola: *para fazer uma escola do campo é preciso olhar para as ações ou práticas sociais que são constitutivas dos sujeitos do campo*. É preciso olhar para o movimento social do campo como um sujeito educativo, e aprender dos processos de formação humana que estão produzindo os novos trabalhadores e lutadores dos povos do campo, lições que nos ajudem a pensar um outro tipo de escola para eles, com eles.

No MST a reflexão é a seguinte: O Movimento educa as pessoas que dele fazem parte à medida que as coloca como sujeitos enraizados no movimento da história, e vivendo experiências de formação humana que são próprias do jeito da organização participar da luta de classes, principal forma em que se apresenta o movimento da história. Mesmo que cada pessoa não saiba disso, cada vez que ela toma parte das ações do MST, fazendo sua tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir a identidade Sem Terra, a identidade dos lutadores do povo, e está se transformando, se reeducando como ser humano.

Sem considerar as pedagogias ou o movimento pedagógico que forma o sujeito de nome Sem Terra, e sem buscar vincular-se de alguma maneira a ele, a escola não consegue enraizar-se e nem ajuda a enraizar os Sem Terra. Além disso, seu projeto pedagógico fica mais pobre, contribuindo menos do que poderia na formação humana.

Este processo tem mão dupla: o movimento social precisa se ocupar da escola e a escola precisa se ocupar do movimento social.

A escola é, de modo geral, uma instituição conservadora e resistente à idéia de movimento e a um vínculo direto com as lutas sociais. O serviço que historicamente tem prestado à manutenção de relações sociais de dominação e exclusão costuma estar

encoberto por uma aparência de autonomia e de neutralidade política. Quando defendemos um vínculo explícito da escola com processos pedagógicos de formação de sujeitos que têm propósitos de transformação social, é necessário ter clareza de que sozinha a escola não provocará isto. Ao contrário, é o movimento social que precisa ocupar e ocupar-se da escola, construindo junto com os educadores que ali estão, o seu novo projeto educativo.

Da mesma forma, os educadores e as educadoras comprometidos com ideais pedagógicos humanizadores e libertários, precisam se dispor a ajudar os sujeitos do movimento social a fazer a leitura pedagógica de suas próprias ações para que isto se transforme em matéria-prima para a constituição do ambiente educativo da escola. Não basta dizer ou saber que o movimento educa; é preciso compreender como isto acontece e como pode ser traduzido na cultura escolar. Assim como é necessário que os sujeitos destas ações educativas reflitam sobre elas e as transformem em aprendizados conscientes e articulados entre si, e que já possam ficar como herança para seus descendentes. Ajudar a fazer isto é tarefa dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação, que já foram *mexidos* ou *tocados* pelo Movimento.

Para que este processo se realize é preciso que o movimento social reconheça a escola, e a escola reconheça a si mesma como um lugar de formação humana. Ou seja, nesta reflexão toda não há lugar para uma visão de escola que se restrinja a aulas aprisionadas nas ditas 'grades' curriculares. Até porque, numa escola assim, nunca conseguiremos desenvolver o próprio conceito de estudo projetado pelo movimento social, de que falamos numa lição anterior. Escola é lugar de estudo porque é lugar de formação humana e não o contrário. Se isto está claro, passamos a ter outras referências para planejar nossas aulas, orientar pesquisas, produzir conhecimento.

Olhar a escola como um lugar de formação humana significa dar-se conta de que todos os detalhes que compõem o seu dia a dia, estão vinculados a um projeto de ser humano, estão ajudando a humanizar ou a desumanizar as pessoas. Quando os educadores se assumem como trabalhadores do humano, formadores de sujeitos, muito mais do que apenas professores de conteúdos de alguma disciplina, compreendem a importância de discutir sobre suas opções pedagógicas e sobre que ser humano estão ajudando a produzir e a cultivar. Da mesma forma que as famílias passam a compreender porque não podem deixar de participar da escola, e de tomar decisões sobre seu funcionamento.

Trata-se de enxergar a educação, afinal, como uma relação entre sujeitos. A escola reconhece seus educandos e suas famílias como sujeitos. O movimento social e seus sujeitos igualmente reconhecem os educadores como sujeitos. E todos se vêem como sujeitos de um movimento maior que é o movimento da história, exatamente o que pressiona a cada um para que assuma esta condição de sujeito. Nesta concepção está também a idéia de que são os seres humanos, as pessoas que fazem as transformações sociais, ainda que sempre condicionadas pelo formato material das relações sociais em que se inserem, e que não determinam pessoalmente.

Queremos, e estamos aprendendo que é possível, que a escola do campo se vincule a este movimento pedagógico que não começa nem termina nela mesma, e que, como disse o professor Miguel Arroyo em seu texto, (Coleção Por Uma EBC n.º 2) *tenha como suas*

questões as grandes questões humanas do homem (ser humano) do campo: terra, luta, justiça, participação, cooperação, saúde, ... Se é assim, a escola passa a ter um sentido político, cultural, pedagógico bem mais amplo do que pode ter se fica isolada em si mesma. E então vale ainda mais à pena lutar por ela.

As relações sociais são a base do ambiente educativo de uma escola. São elas que põem em movimento as pedagogias.

Se a escola é lugar de formação humana, significa que ela não é apenas lugar de conhecimentos formais e de natureza intelectual. A escola é lugar de tratar das diversas dimensões do ser humano, de modo processual e combinado. Mas como a escola pode fazer isso? Como se forma um ser humano?

Temos que trazer de novo aqui as lições de pedagogia do Movimento. Se prestamos atenção aos processos sociais que formam os sujeitos sociais, as pessoas, percebemos que é a vivência cotidiana de *novas relações sociais e interpessoais* a que consegue começar a mudar a cabeça e o coração das pessoas, recuperando certos valores, certas posturas e virtudes que já tinham perdido ou nem conheciam. É neste sentido que no MST se diz, por exemplo, que o acampamento é uma grande escola de vida. E o peso formador destas relações será tanto maior se delas depender a própria sobrevivência das pessoas. Isto quer dizer tanto as relações entre companheiros diante de uma ação mais forte da luta, como as relações que se constroem no trabalho, ou no jeito de fazer a produção do campo dar certo.

As relações que as pessoas estabelecem entre si mediadas pelas condições materiais do processo de produção de sua existência social são as que efetivamente pesam na formação das pessoas, - *é o ser social que forma a consciência*, nos disse Marx, - e aquelas que permitem trabalhar suas diversas dimensões ao mesmo tempo. As relações sociais constituem os sujeitos que produzem conhecimentos, mas também sentimentos, valores, comportamentos, habilidades, ações cotidianas e ações extraordinárias...

No MST estamos chamando de *ambiente educativo* o processo intencional de organização e reorganização das relações sociais que constituem o jeito de ser, de funcionar da escola, de modo que este jeito possa ser mais educativo, mais humanizador de seus sujeitos.⁸ O ambiente educativo nasce desta leitura do movimento pedagógico que acontece fora da escola, nas práticas sociais, nas lutas sociais, e que precisa ser retrabalhado dentro da escola, de modo que produza e não apenas reproduza aprendizados necessários à formação dos sujeitos que ali estão. Existe um movimento pedagógico que é próprio da escola mas que não se constitui senão vinculado ao movimento pedagógico das relações sociais que acontecem fora dela.

Ter a sensibilidade necessária para compreender este movimento, e o preparo pedagógico suficiente para retrabalhar, resignificar isto no dia a dia da escola, é uma tarefa grandiosa e necessária para educadores e educadoras comprometidos política e pedagogicamente com este projeto, de ser humano, de campo, de país, de mundo.

Construir o ambiente educativo de uma escola é conseguir combinar num mesmo movimento pedagógico as diversas práticas sociais que já sabemos ser educativas, exatamente porque cultivam a vida como um todo: a luta, o trabalho, a organização coletiva, o estudo, as atividades culturais, o cultivo da terra, da memória, dos afetos... Numa escola este movimento se traduz em tempos, espaços, formas de gestão e de funcionamento, métodos de ensino e opções de conteúdos de estudo, processos de avaliação, jeito da relação entre educandos e educadores...

Trata-se de um jeito de pensar e de fazer a escola que se produz da lição de que não se pode centrar um projeto educativo em uma só pedagogia ou em um tipo de prática pedagógica apenas, por mais educativa que ela seja. Não há uma prática capaz de concentrar em si mesma, e de uma vez para sempre, todas as potencialidades educativas necessárias à formação humana multidimensional, *omnilateral*, na expressão de Marx. É o movimento das práticas e da reflexão sobre elas que constitui o movimento pedagógico que educa os sujeitos. E o desafio de educadores e educadoras é exatamente garantir a coerência deste movimento de práticas em torno de valores e de princípios que sustentem um determinado projeto de ser humano, de sociedade.

Sem um coletivo de educadores não se garante o ambiente educativo.

Nenhum educador tem o direito de atuar individualmente, por sua conta e sob sua responsabilidade. Esta é uma lição expressa pelo grande educador e lutador do povo russo, Anton Makarenko, e com a qual compartilhamos. Exatamente porque ninguém consegue ser um verdadeiro educador sozinho. O processo pedagógico é um processo coletivo e por isto precisa ser conduzido de modo coletivo, enraizando-se e ajudando a enraizar as pessoas em coletividades fortes.

Educadores e educandos, educadoras e educandas, constituem a coletividade da escola, e é esta coletividade a responsável pela construção (permanente) do ambiente educativo. Mas nossa prática nos ensina, que da mesma maneira que precisamos garantir espaços próprios dos educandos, para que desenvolvam mais rapidamente sua capacidade organizativa e seu pensamento autônomo, também é necessário garantir uma organização própria dos educadores, em alguns lugares chamada de coletivo pedagógico da escola, responsável pela direção do processo pedagógico como um todo.

Na realidade do campo há muitas escolas de um professor ou de uma professora só. Esta é, por exemplo, a situação de muitos assentamentos do MST. Mas também já aprendemos que coletivo de educadores não é coletivo apenas de professores. Numa escola há outras pessoas que têm ou podem ter esta tarefa. Na experiência do MST, consideramos como educadores: as professoras e os professores da rede pública, assentados ou não, acampados ou não, que atuam na escola; os outros funcionários e funcionárias que trabalham na escola; as pessoas voluntárias da comunidade que atuam em algum tipo de atividade pedagógica ligada à escola (monitores de oficinas ou do tempo trabalho, por exemplo); técnicos e técnicas que atuam no assentamento e que também são chamados a

contribuir no acompanhamento dos processos produtivos desenvolvidos pela escola... Há também a chamada equipe de educação do assentamento ou do acampamento, geralmente constituída por representantes das famílias Sem Terra, que embora não seja responsável apenas pelas atividades da escola, pode representar um apoio político e pedagógico importante para o grupo interno, ou mesmo participar efetivamente dele quando for muito pequeno.

A tarefa principal do coletivo de educadores é exatamente garantir o ambiente educativo da escola, envolvendo educandos e também a comunidade em sua construção. Para isto precisa ter tempo, organização e formação pedagógica para fazer a leitura do processo pedagógico da escola (relacionado, como vimos, ao processo pedagógico que acontece fora dela), assumindo o papel de sujeito do ambiente educativo, criando e recriando as estratégias de formação humana e as relações sociais que o constituem. Isto quer dizer avaliar o andamento do conjunto das atividades da escola, acompanhar o processo de aprendizagem/formação de cada educando, autoavaliar sua atuação como educadores, planejar os próximos passos, estudar junto...

O coletivo de educadores é também, pois, o seu espaço de autoformação. Não há como ser sujeito de um processo como este sem uma formação diferenciada e permanente. É preciso aprender a refletir sobre a prática, é preciso continuar estudando, é preciso se desafiar a escrever sobre o processo, teorizá-lo.

Por sua vez, um coletivo de educadores precisa ter alguma forma de acompanhamento externo que ajude a dinamizar o seu processo de formação e a chamar a atenção para aspectos que a rotina do dia a dia já não deixa enxergar. No MST o Setor de Educação tem a responsabilidade de acompanhar o processo das escolas onde se educam os Sem Terra (ainda que não consiga estar em cada uma delas), propondo atividades de formação que juntem educadores a nível regional, estadual e nacional.

Esta é, aliás, mais uma das lições da caminhada do MST com formação de educadores: é muito importante que os educadores, e especialmente os professores, dada a especificidade de sua rotina diária, garantam seu processo de formação na própria escola, participando do seu coletivo. Mas é igualmente importante que possam de vez em quando sair da escola, e participar de atividades em outros lugares, com outras pessoas. Podem ser atividades gerais do movimento social, mobilizações ou outras ações da luta; e podem ser também encontros ou cursos de formação de educadores, que lhes permitam partilhar experiências, saberes, sentimentos, pedagogias, sonhos.⁹

Se é verdade que vemos o mundo de acordo com o chão em que pisamos, então um professor ou uma professora que nunca saia dos limites de sua escola terá uma visão de mundo do tamanho dela, e não terá as condições humanas necessárias para fazer a leitura das ações educativas que acontecem fora, e nem sempre assim tão próximas, da escola.

Pisar em outros territórios, conversar com outras gentes, ouvir outros sotaques, mudar de ambiente, ver outras coisas, produz um 'arejamento' indispensável para a formação de um educador. Isto ajuda a multiplicar suas raízes, ou a enraizá-lo numa coletividade maior, que pode ser a coletividade do movimento social ao qual se vincula, (no caso do MST a coletividade que é hoje a família Sem Terra de todo o Brasil) ou a coletividade dos

trabalhadores e das trabalhadoras em educação, ou a coletividade dos lutadores e das lutadoras do povo, ou todas elas, combinadas e em movimento.

Escola do campo em movimento é escola em movimento.

Lições extraídas da caminhada de um movimento social só podem ser lições de movimento. Por isto não há como deixar de destacar esta lição pedagógica mestra: se depois de todo o esforço de pensar e colocar em funcionamento uma escola do campo, com tempos, espaços, estruturas e práticas planejadas por e para serem educativas dos sujeitos do campo, imaginamos que agora está tudo pronto e que podemos relaxar e deixar que as coisas assim permaneçam, ou que andem sozinhas, acabamos de matar o processo pedagógico e destruir nossa escola.

Sem movimento não há ambiente educativo; sem movimento não há escola do campo em movimento. Por isto não se trata de construir modelos de escola ou de pedagogia, mas sim de desencadear processos, movidos por valores e princípios, estes sim referências duradouras para o próprio movimento.

Uma escola em movimento é aquela que vai fazendo e refazendo as ações educativas do seu dia a dia, levando em conta e participando ativamente dos seguintes níveis do movimento pedagógico que a constitui enquanto ambiente educativo:

- *o movimento da realidade, da história:* no nosso caso já dissemos que o campo está em movimento e numa dinâmica acelerada pelas tensões e lutas sociais, que rapidamente modificam e criam demandas para seus sujeitos; a história não pára e as questões humanas dos sujeitos sociais e de cada pessoa não são sempre as mesmas, ou pelo menos não permanecem muito tempo com o mesmo conteúdo. Uma escola que se pretenda parte de um movimento pedagógico mais amplo precisa fazer o seu movimento interno em sincronia com ele;
- *o movimento das relações sociais que constituem o ambiente educativo:* existe uma dinâmica própria do ambiente educativo que precisa ser observada, interpretada e intencionalizada pelo coletivo de educadores. Relações sociais em movimento produzem contradições, tensões, conflitos, que precisam ser trabalhados para que os objetivos pedagógicos sejam atingidos. Quando uma escola deixa de ser apenas audiência passiva a aulas sem muito sentido, e a vida se faz presente dentro dela, isto quer dizer que há um conjunto de dimensões se movimentando ao mesmo tempo, e nem sempre em harmonia ou de um jeito educativo. A prática nos diz que numa escola a 'lei da inércia' costuma ser muito perigosa porque a deseducação geralmente é mais fácil, especialmente se nosso ideal pedagógico é contestador da ordem e dos valores dominantes. Sem a intencionalidade e o pulso firme dos educadores no processo de construção e reconstrução permanente do ambiente educativo, não teremos a formação humana necessária ao nosso projeto;

- *o movimento da formação humana, no coletivo e em cada pessoa:* as pessoas não se educam todas do mesmo jeito. Até porque elas somente aprendem aquilo de que sabem ter necessidade de aprender. E não se pode impor a uma pessoa a consciência da necessidade de aprender, embora se possa pressionar as circunstâncias capazes de gerá-la. Um dos grandes desafios do coletivo de educadores é organizar o ambiente educativo de modo que o coletivo seja pressionado a querer se educar, para que então o próprio coletivo seja a pressão positiva, educativa, sobre cada pessoa. Estamos falando de necessidades de aprendizagem diversas: necessidade de estudar e de produzir conhecimento, necessidade de aprender a rever posturas, de se relacionar com as pessoas, de descobrir suas capacidades e virtudes, de criar novas formas de expressão, de produzir mais no trabalho, de ser mais sensível, mais humano... Mas para que este processo seja mesmo educativo para todos, é preciso que os educadores, as educadoras estejam sempre prestando atenção nele, interpretando as reações e os comportamentos de cada educando (e também de si mesmos) e ajustando formas e conteúdos do processo pedagógico em andamento.

2. Seguindo em frente

Estas as lições que conseguimos sistematizar, neste momento, para socializar com as companheiras e os companheiros interessados em compreender e ajudar no debate e nas práticas de uma educação básica do campo. Que este diálogo possa prosseguir, produzindo e reproduzindo novas e antigas lições de nossa caminhada coletiva, que continua... E se isto ajudar a diminuir, ainda que seja em um único passo, a degradação humana e a injustiça social que assolam nossa sociedade nesta entrada dos anos 2000, o esforço e os sacrifícios de nossas organizações e movimentos já não terão sido em vão. Assim como não será vã a esperança teimosa que alimenta nosso espírito e reconstrói nossa utopia coletiva, a cada dia.

Afinal,

“somos e valemos o que seja a nossa causa.”

(Dom Pedro Casaldáliga)

Notas

¹ Uma descrição e uma análise mais detalhada da trajetória histórica da relação do MST com a escola podem ser encontradas em CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Vozes, 2000. Sobre esta pedagogia e também sobre a concepção de escola do MST ver os Cadernos de Educação n.º 8, *Princípios da educação no MST*, 1996, e n.º 9, *Como fazemos a escola de educação fundamental*, 1999.

² Sem Terra, com letras maiúsculas e sem hífen indica o nome próprio dos sem-terra do MST, que assim se denominaram quando criaram seu Movimento.

- ³ Uma descrição desta experiência de escola e de como foi conquistada pode ser encontrada em: Escola Itinerante em Acampamentos do MST. *Coleção Fazendo Escola 1*, São Paulo: MST, 1998.
- ⁴ Sem Terrinha é uma expressão que identifica as crianças vinculadas ao MST. O nome surgiu por iniciativa das crianças que participaram do Primeiro Encontro Estadual das Crianças Sem Terra de São Paulo em 1997. Elas começaram a se chamar assim durante o Encontro e o nome acabou *pegando*, espalhando-se rápido pelo país inteiro. Esta informação está em Ramos, Márcia. *Sem Terrinha, semente de esperança*. Veranópolis: Escola Josué de Castro, 1999. Monografia de Conclusão do Curso Magistério. No anexo 1 deste nosso texto, uma carta escrita pelos Sem Terrinha do Rio Grande do Sul, explicando a identidade que compreendem assumir com este nome.
- ⁵ *Povos do Campo* é o nome afirmado pela Conferência Nacional de 1998 para dar conta das diferenças históricas e culturais dos grupos sociais que vivem *no e do campo*.
- ⁶ Por que não uma reflexão específica sobre as *escolas da cidade*? A visão exclusivamente urbana da escola talvez esteja trazendo um prejuízo pedagógico para a própria escola da cidade, que não vem tendo potencializada a identidade específica de seus sujeitos: o que significa, em uma perspectiva popular, fazer uma escola inserida na dinâmica social de uma cidade? Este seria o sentido da chamada *escola cidadã*?
- ⁷ Em texto intitulado *O desenraizamento*, escrito em 1943, e que pode ser encontrado em BOSI, Ecléa. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ⁸ No Caderno de Educação n.º 9 do MST, já referido, há um capítulo específico sobre o *ambiente educativo* da escola.
- ⁹ Um momento exemplar nesta perspectiva foi no MST a realização do *I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária*, I ENERA, em julho de 1997, e que inspirou a própria realização da Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, no ano seguinte. Confira no anexo 2 o texto do Manifesto produzido pelos participantes deste Encontro ao povo brasileiro. Certamente foi um momento muito forte no processo educativo dos educadores do Movimento.

Correspondência

Roseli Salete Caldart, Setor de Educação do MST, Brasil.

E-mail: roseli@portoweb.com.br

(*) Texto escrito por solicitação da Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, Porto Alegre, janeiro de 2000.
Publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização da autora.

ANEXO 1

CARTA DOS SEM TERRINHA AO MST

Querido MST:

Somos filhos e filhas de uma história de lutas. Somos um pedaço da luta pela terra e do MST. Estamos escrevendo esta carta pra dizer a você que não queremos ser apenas filhos de assentados e acampados. Queremos ser SEM TERRINHA, pra levar adiante a luta do MST.

No nosso país há muita injustiça social. Por isso queremos começar desde já a ajudar todo mundo a se organizar e lutar pelos seus direitos. Queremos que as crianças do campo e da cidade possam viver com dignidade. Não gostamos de ver tanta gente passando fome e sem trabalho pra se sustentar.

Neste Encontro dos Sem Terrinha que estamos comemorando o Dia da Criança e os seus 15 anos, assumimos um compromisso muito sério: seguir o exemplo de lutadores como nossos pais e Che Guevara, replantando esta história por onde passarmos. Prometemos a você:

- Ser verdadeiros Sem Terrinha, honrando este nome e a terra que nossas famílias conquistaram.
- Ajudar os nossos companheiros que estão nos acampamentos, com doações de alimentos e roupas, incentivando para que continuem firmes na luta.
- Estudar, estudar, estudar muito para ajudar na construção de nossas escolas, nossos assentamentos, nosso Brasil.
- Ajudar nossas famílias a plantar, a colher, ter uma mesa farta de alimentos produzidos por nós mesmos e sem agrotóxicos.
- Embelezar nossos assentamentos e acampamentos, plantando árvores e flores, e mantendo tudo limpo.
- Continuar as mobilizações e fazer palestras nas comunidades e escolas de todo o Brasil.
- Divulgar o MST e sua história, usando nossos símbolos com grande orgulho.

Ainda não temos 15 anos, mas nos comprometemos a trabalhar para que você, nós, MST, tenha muitos 15 anos de lutas e de conquistas para o povo que acredita em você e é você.

Um forte abraço de todos que participamos do
3º ENCONTRO ESTADUAL DOS SEM TERRINHA DO RIO GRANDE DO SUL.
Esteio, 12 de outubro de 1999.

ANEXO 2

MANIFESTO DAS EDUCADORAS E DOS EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA AO POVO BRASILEIRO

No Brasil, chegamos a uma encruzilhada histórica. De um lado está o projeto neoliberal, que destrói a Nação e aumenta a exclusão social. De outro lado, há a possibilidade de uma rebeldia organizada e da construção de um novo projeto. Como parte da classe trabalhadora de nosso país, precisamos tomar uma posição. Por essa razão, nos manifestamos.

1. Somos educadoras e educadores de crianças, jovens e adultos de Acampamentos e Assentamentos de todo o Brasil, e colocamos o nosso trabalho a serviço da luta pela Reforma Agrária e das transformações sociais.
2. Manifestamos nossa profunda indignação diante da miséria e das injustiças que estão destruindo nosso país, e compartilhamos do sonho da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, um projeto do povo brasileiro.
3. Compreendemos que a educação sozinha não resolve os problemas do povo, mas é um elemento fundamental nos processos de transformação social.
4. Lutamos por justiça social! Na educação isto significa garantir escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a Educação Infantil até a Universidade.
5. Consideramos que acabar com o analfabetismo, além de um dever do Estado, é uma questão de honra. Por isso nos comprometemos com esse trabalho.
6. Exigimos, como trabalhadoras e trabalhadores da educação, respeito, valorização profissional e condições dignas de trabalho e de formação. Queremos o direito de pensar e de participar das decisões sobre a política educacional.
7. Queremos uma escola que se deixe ocupar pelas questões de nosso tempo, que ajude no fortalecimento das lutas sociais e na solução dos problemas concretos de cada comunidade e do país.
8. Defendemos uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da pessoa humana e que crie um ambiente educativo baseado na ação e na participação democrática, na dimensão educativa do trabalho, da cultura e da história de nosso povo.
9. Acreditamos numa escola que desperte os sonhos de nossa juventude, que cultive a solidariedade, a esperança, o desejo de aprender e ensinar sempre e de transformar o mundo.
10. Entendemos que para participar da construção desta nova escola, nós, educadoras e educadores, precisamos constituir coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores humanistas e socialistas.

11. Lutamos por escolas públicas em todos os Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária do país e defendemos que a gestão pedagógica destas escolas tenha a participação da comunidade Sem Terra e de sua organização.
12. Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa.
13. Renovamos, diante de todos, nosso compromisso político e pedagógico com as causas do povo, em especial com a luta pela Reforma Agrária. Continuaremos mantendo viva a esperança e honrando nossa Pátria, nossos princípios, nosso sonho...
14. Conclamamos todas as pessoas e organizações que têm sonhos e projetos de mudança, para que juntos possamos fazer uma nova educação em nosso país, a educação da nova sociedade que já começamos a construir.

MST
REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA DE TODOS

1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
Homenagem aos educadores Paulo Freire e Che Guevara
Brasília, 28 a 31 de julho de 1997.